



RELATÓRIO ANUAL
DE INFORMAÇÕES

2013

ÍNDICE



03	MENSAGEM DA DIRETORIA	09	GOVERNANÇA CORPORATIVA	12	PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	20	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	35	PARECERES
04	ASSUNTOS DE RELEVÂNCIA	10	PROGRAMA PREVIDENCIAL	14	POLÍTICA DE INVESTIMENTOS	30	NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS		
				16	PATRIMÔNIO				

Prezado leitor,

Através deste relatório, a Diretoria da FAECES apresenta aos participantes, assistidos, autopatrocinados e ao Patrocinador os resultados do plano de gestão administrativa e planos de benefícios administrados pela Entidade no ano de 2013. O documento fornece informações de natureza previdencial, administrativa, financeira, econômica, assistencial e de governança, assim como demonstrações contábeis acompanhadas de parecer atuarial, auditoria independente e manifestações dos conselhos Fiscal e Deliberativo, inerentes a real situação dos planos administrados pela Entidade, em 31 de dezembro de 2013.

O ano de 2013 foi extremamente difícil para o segmento de Fundos de Pensão em todo Brasil. Segundo a Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - ABRAPP, a média de rentabilidade dos planos ficou em 1,26% negativa, muito aquém da meta da rentabilidade média de 11,57% (equivalente a INPC + 5,75%). Para uma melhor compreensão nem mesmo se todos os recursos dos planos administrados pela FAECES estivessem alocados em renda fixa, a meta atuarial teria sido alcançada. Dos indicadores utilizados pela Fundação como referencial das aplicações, o Ibovespa caiu 15,5% e o CDI rendeu somente 8,06%.

Ao longo desses 19 anos de FAECES, passamos por diversas crises como a Asiática e, mais recentemente, as dos Estados

Unidos e da Europa. Porém, o maior impacto para o mercado brasileiro ocorreu em 2013. Além desta crise, outro fator que atingiu o segmento de fundos de pensão foi a determinação do Órgão Regulador – a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC – da implantação de tábua atuarial mais conservadora: a AT 2000 suavizada em 10%, para os estudos atuariais do exercício de 2013, além da utilização de taxa de juros de 5,75%. Os dois fatores implementados exigem mais reserva do Plano de Benefício I e sugere aumento de contribuição dos participantes do Plano de Benefício II.

Como se não bastasse o ocorrido, a expectativa de economistas de renome e analistas do mercado é que as mesmas dificuldades sejam vivenciadas em 2014, principalmente em função dos eventos “Copa do Mundo”, em junho, e “Eleições Majoritárias”, em outubro.

Tendo em vista que os fundos de pensão têm compromissos de longo prazo com participantes e assistidos, não devemos nos preocupar com o que houve em 2013. Nossa expectativa é que nos próximos exercícios possamos superar a meta atuarial e, com a obtenção de superávits, poder reverter o quadro deficitário do ano.

Boa leitura.

Alteração do Estatuto

Atendendo ao cronograma de trabalho elaborado para 2013, a Diretoria da FAECES, com suporte da empresa JCMB - Junqueira de Carvalho e Murgel Advogados e Consultores – especializada em assuntos relativos a fundos de pensão – deu início, em outubro de 2013, a atualização do Estatuto da Fundação, aprovada pelo Conselho Deliberativo no dia 06 de janeiro de 2014 e pela Diretoria da CESAN em 19 de fevereiro de 2014. Na sequência, a proposta de alteração do estatuto foi encaminhada para avalia-

ção e aprovação do Órgão Regulador.

Das alterações efetuadas, gostaríamos de destacar a retirada dos assuntos relativos aos planos de benefícios – que, de acordo com a legislação, deverão ser tratados em seus respectivos regulamentos – e as atividades relacionadas à gestão, que deverão ser tratadas em regimento interno, além de alguns ajustes redacionais.

As mudanças refletem que o patrimônio pertence aos planos de benefícios e não a FAECES, assim como a questão de governança – cujo ajuste no texto que tra-

ta dos honorários da diretoria considera valores mercadológicos e parâmetros mais exatos junto ao PCR da CESAN – entre outras de pequena significância.

A íntegra das alterações propostas e aprovadas pelo Conselho Deliberativo com as respectivas justificativas, foram publicadas no site da FAECES e o resumo foi divulgado aos participantes através da intranet do patrocinador CESAN.

As alterações no Estatuto somente entrarão em vigor após a aprovação do Órgão Regulador e, tão logo isso ocorra, efetuiremos nova divulgação.

Segundo o Moderno Dicionário Michaelis de Português, um dos significados da palavra aproximação é “ato ou efeito de tornar(-se) mais próximo”. E foi justamente esse o conceito trabalhado em 2013 pela FAECES.

Ao longo do ano, a Fundação atuou de forma a estreitar ainda mais os laços com você, participante e assistido – e não foi a primeira vez: em 2011, uma estratégia parecida já havia sido adotada. Dois anos depois, o tema voltou a ganhar foco. Dada a importância de manter-se informado e fiscalizar o que acontece com o seu investimento em um fundo de pensão, afinal é o seu patrimônio que está em jogo, uma nova estratégia de aproximação precisou ser concebida.

Aproximação com Participantes e Assistidos

Não por acaso a FAECES disponibilizou uma área restrita em sua página na internet (www.faeces.com.br) para facilitar o acesso à informação sobre saldos de reserva, empréstimos, contra cheques e outros temas de interesse daqueles que são participantes ou assistidos.

A realização de encontros presenciais na Grande Vitória e no Interior do Estado para incentivar a adesão dos novos empregados da CESAN ao Plano de Benefícios II, também foi outra ação que visou a aproximação. Além disso a fundação realizou uma série de cafés da manhã, com grande participação, com intuito de esclarecer e apresentar sua estrutura física aos participantes em potencial.

Detalhamento da Dívida Contratada pelo Patrocinador CESAN, referente ao Serviço Passado

A planilha a seguir detalha o pagamento da dívida do contrato celebrado entre a CESAN e a FAECES em 28 de agosto de 2001, referente ao serviço passado com o Plano de Benefício Definido. Conforme controles mantidos pela entidade, podemos assegurar que a CESAN pa-

gou rigorosamente em dia R\$ 1.363.523,29 de juros, R\$ 1.302.346,45 de correção e R\$ 5.139.436,20 de amortização da referida dívida, restando um saldo de R\$ 20.557.745,27 para liquidação até o final do ano de 2017.

DETALHAMENTO DO PAGAMENTO DA DÍVIDA CONTRATADA REFERENTE AO SERVIÇO PASSADO						
ANO	Valores em R\$					
2013	Saldo anterior	Juros	Correção	Amortização	Prestação	Saldo atual
Janeiro	25.697.181,47	125.093,88	191.084,84	428.286,35	744.465,07	25.268.895,12
Fevereiro	25.268.895,12	123.008,98	233.605,52	428.286,35	784.900,85	24.840.608,77
Março	24.840.608,77	120.924,08	129.799,97	428.286,35	679.010,40	24.412.322,42
Abril	24.412.322,42	118.839,19	147.186,97	428.286,35	694.312,51	23.984.036,07
Maiο	23.984.036,07	116.754,29	142.194,66	428.286,35	687.235,30	23.555.749,72
Junho	23.555.749,72	114.669,39	82.846,47	428.286,35	625.802,21	23.127.463,37
Julho	23.127.463,37	112.584,49	65.072,13	428.286,35	605.942,98	22.699.177,02
Agosto	22.699.177,02	110.499,59	-29.652,58	428.286,35	509.133,36	22.270.890,67
Setembro	22.270.890,67	108.414,70	35.806,89	428.286,35	572.507,93	21.842.604,32
Outubro	21.842.604,32	106.329,80	59.262,12	428.286,35	593.878,27	21.414.317,97
Novembro	21.414.317,97	104.244,90	131.263,23	428.286,35	663.794,48	20.986.031,62
Dezembro	20.986.031,62	102.160,00	113.876,23	428.286,35	644.322,59	20.557.745,27
TOTAL		1.363.523,29	1.302.346,45	5.139.436,20	7.805.305,95	

Contribuição adicional

Por determinação do Órgão Regulador da Previdência Complementar - PREVIC, a FAECES implementou cobrança de contribuição extraordinária a partir de março de 2012 para os participantes, assistidos e patrocinadores do Plano I - Benefício Definido, com base em estudo atuarial elaborado pela empresa Projeção Consultoria Atuarial e aprovado pelo Conselho Deliberativo e Patrocinador CESAN.

Apesar do superávit obtido no exercício de 2012, não foi

possível a suspensão da cobrança. Contudo, não foi necessário aumentar o percentual de contribuição para o exercício de 2013.

Infelizmente, em função dos resultados dos investimentos em 2013, não foi possível a manutenção da cobrança da contribuição extraordinária nos mesmos patamares de 2012 e 2013. Assim, os estudos atuariais concluíram pela necessidade de cobrança de referidas contribuições nos seguintes percentuais, a partir de março de 2014:

CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS			
ANO	Participantes	Assistidos	Patrocinadores
	(% aplicado sobre o salário de participação)	(% aplicado sobre o benefício)	(% aplicado sobre a folha de salário de participação)
2014 a partir de março	0,79%	0,66%	0,78%
2015 a partir de março	1,10%	0,92%	1,08%
2016 a partir de março	1,46%	1,21%	1,44%
2017 a partir de março	1,80%	1,51%	1,79%

Nesse sentido, a contribuição adicional dos participantes do Plano de Benefício Definido passará de: 0,54% para 0,79% do salário de participação, 0,52% para 0,66% do valor do benefício recebido pelos assistidos da FAECES e 0,53% para 0,78% da folha de salário de participação do Patrocinador.

Importante esclarecer que a contribuição adicional determinada pelo Órgão Regulador tem o objetivo de recomposição das reservas necessárias para o pagamento de benefícios

atuais e futuros. No ano de 2013 esses valores foram recebidos pela FAECES por meio de desconto do pagamento de benefício mensal dos assistidos, no pagamento mensal dos participantes do plano BD e repassados para a FAECES regularmente, assim como o pagamento do patrocinador, que encontra-se rigorosamente em dia com a Fundação.

A maioria dos participantes e assistidos terão um pequeno aumento em sua contribuição extraordinária, conforme pode-se exemplificar na planilha a seguir:

PARTICIPANTE			ASSISTIDO		
Salário de Participação	Contribuição Extraordinária		Valor do Benefício recebido da FAECES	Contribuição Extraordinária	
	Até Fevereiro 2014 (0,54%)	A partir março 2014 (0,79%)		Até Fevereiro 2014 (0,54%)	A partir março 2014 (0,79%)
R\$ 1.716,73	R\$ 9,27	R\$ 13,56	R\$ 1.072,00	R\$ 5,57	R\$ 7,08
R\$ 2.538,18	R\$ 13,71	R\$ 20,05	R\$ 2.223,79	R\$ 11,56	R\$ 14,68
R\$ 3.503,47	R\$ 18,92	R\$ 27,68	R\$ 3.260,22	R\$ 16,95	R\$ 21,52
R\$ 4.502,49	R\$ 24,31	R\$ 35,57	R\$ 4.424,25	R\$ 23,01	R\$ 29,20
R\$ 5.513,05	R\$ 29,77	R\$ 43,55	R\$ 5.240,93	R\$ 27,25	R\$ 34,59
R\$ 6.505,64	R\$ 35,13	R\$ 51,39	R\$ 6.408,47	R\$ 33,32	R\$ 42,30
R\$ 7.414,66	R\$ 40,04	R\$ 58,58	R\$ 7.011,51	R\$ 36,46	R\$ 46,28
R\$ 8.599,54	R\$ 46,44	R\$ 67,94	R\$ 8.338,83	R\$ 43,36	R\$ 55,04
R\$ 9.599,82	R\$ 51,84	R\$ 75,84	R\$ 9.862,29	R\$ 51,28	R\$ 65,09
R\$ 10.486,11	R\$ 56,62	R\$ 82,84	R\$ 11.749,61	R\$ 61,10	R\$ 77,55

Obs: O percentual será aplicado para cada salário de participação, que é a soma das rubricas fixas recebidas pelos participantes do Plano de Benefício Definido e no valor do benefício pago pela FAECES, conforme exemplificação acima.

Taxa de carregamento/administração permanece sem correção para 2014

Considerando os permanentes esforços na redução das despesas mantidas pela direção da FAECES no exercício de 2013 e a negociação de diversos contratos dos prestadores de serviços de terceiros para manutenção ou redução

do valor negociado, não será necessário aumentar a taxa de carregamento/administração paga pelos participantes, assistidos e patrocinador juntamente com a contribuição previdenciária mensal em 2014.

FAECES adquire títulos públicos para a carteira dos Planos Previdenciais I e II

A FAECES adquiriu, nos meses de fevereiro e março de 2014, um expressivo lote de Notas do Tesouro Nacional

(NTN-B) com vencimento para maio de 2023. É a primeira vez que a Fundação faz a aquisição desses títulos para

compor a Carteira de Investimentos com recursos dos planos por ela administrados.

O objetivo desse tipo de investimento é permitir que parte dos recursos garantidores dos planos (aproximadamente 50%) tenha rentabilidade superior à meta atuarial estabelecida – atualmente INPC+5,75%. Como a rentabilidade fixada na aquisição foi de inflação acrescida de juros de 6,4% para o lote 1, 6,45% para o lote 2 e 6,42% para o lote 3, essa diferença poderá dar uma

margem de conforto caso o mercado financeiro não contribua para rentabilizar os outros segmentos de aplicação.

Deve ser considerado que, em virtude de determinação do Órgão Regulador, os fundos de pensão deverão reduzir os juros das metas atuariais em 0,25% ao ano, até que esse percentual atinja 4,5%, em 2018. Portanto, fica assim ainda mais rentável o resultado dessa aquisição, conforme demonstração na planilha a seguir:

TAXA DE JUROS DA META ATUARIAL DOS PLANOS X RENTABILIDADE NTN-B (%)							
Ano	Meta atuarial FAECES	Rentabilidade NTN-B - lote 1	Diferença p.p.(*) para o lote 1	Rentabilidade NTN-B - lote 2	Diferença p.p.(*) para o lote 2	Rentabilidade NTN-B - lote 3	Diferença p.p.(*) para o lote 3
2014	5,50	6,40	0,90	6,45	0,95	6,42	0,92
2015	5,25	6,40	1,15	6,45	1,20	6,42	1,17
2016	5,00	6,40	1,40	6,45	1,45	6,42	1,42
2017	4,75	6,40	1,65	6,45	1,70	6,42	1,67
2018	4,50	6,40	1,90	6,45	1,95	6,42	1,92
2019	4,50	6,40	1,90	6,45	1,95	6,42	1,92
2020	4,50	6,40	1,90	6,45	1,95	6,42	1,92
2021	4,50	6,40	1,90	6,45	1,95	6,42	1,92
2022	4,50	6,40	1,90	6,45	1,95	6,42	1,92
2023	4,50	6,40	1,90	6,45	1,95	6,42	1,92

(*) p.p. = pontos percentuais

Eventos

Em 2013, empregados, diretores e conselheiros da FAECES participaram de diversos eventos: Congresso Anbima, específico para Gestores de Investimentos; 4º Congresso Nacional de Comunicação e Relacionamento dos Fundos de Pensão; 34º Congresso Brasileiro das Entidades Fechadas de Previdência Complementar; XVI Encontro dos Profissionais de Benefícios, Especialização em Previdência Complementar; Encontro Regional da ABRAPP, entre outros.

Participar de eventos voltados para a Previdência Complementar significa adquirir e ampliar conhecimentos para gerir melhor os negócios da FAECES.



Foto: Abrapp

Renovação no quadro de pessoal da FAECES



A partir de janeiro de 2014, **Karla Piva Fernandes** (ao lado) passou a integrar o quadro de empregados da FAECES, em substituição a ex-empregada Allabayby Martins. Karla é a nova responsável pelo atendimento aos assistidos em procedimentos relativos ao PLASS, como: autorizações para realização de procedimentos médicos, credenciais, relação de credenciados, entre outros, envio de correspondências aos participantes e assistidos e demais atividades de apoio a unidade de benefícios.

Quem também foi admitida a partir de 17 de fevereiro de 2014, em substituição a Simone Gonçalves Leal, foi a nova Secretária da Diretoria da FAECES, **Luciana Bellúcio** (ao lado). Além de atendimento às demandas da Diretoria Executiva, Luciana também será responsável pela concessão de empréstimos aos participantes e assistidos, protocolo, envio e recebimento de correspondências e demais atividades da função.



Política de redução permanente de custos proporciona economia de mais de 30 mil

Com foco voltado para redução constante dos custos operacionais da Entidade, sem perder a qualidade nos serviços prestados por terceiros, a Diretoria da FAECES efetuou negociação em diversos contratos, obtendo os ganhos a seguir discriminados para o ano de 2014:

- R\$ 9.480,00 com "hospedagem de servidores" Datacenter;
- R\$ 4.680,00 com serviços de "backup" Datacenter;
- R\$ 1.920,00 com locação de copadoras/impresoras;
- R\$ 6.120,00 na compra de toner;
- R\$ 8.049,00 com manutenção do valor do contrato do sistema integrado de informática.

Presidente é reeleito Diretor Regional da Abrapp

O presidente da Fundação, Luiz Carlos Cotta, foi reconduzido à Diretoria da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - Abrapp, Regional Sudeste, através de eleição direta no mês de dezembro de 2013, para um mandato de 3 anos.

Mais um ano de recebimento em dia das contribuições

Durante o exercício de 2013, o patrocinador manteve em dia o pagamento das contribuições normais, além do benefício de risco e da taxa de carregamento/administrativa dos planos de benefícios administrados pela FAECES.

DIRETORIA EXECUTIVA

A Diretoria da FAECES é composta pela Presidência, Diretoria Administrativa e Financeira e Diretoria de Seguridade, que tem a responsabilidade na administração geral da Entidade. Cabe aos titulares dessas diretorias executar as diretrizes e as normas gerais baixadas pelo Conselho Deliberativo, pelo Órgão Regulador da Previdência Complementar e pela legislação em vigor, além de outras atividades inerentes a cada diretoria, estabelecidas no estatuto e no regimento interno da fundação.

CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo é responsável por estabelecer di-

retrizes fundamentais e normas gerais de organização, operação e administração da FAECES. É composto por quatro membros efetivos e quatro membros suplentes, sendo dois indicados pelos Patrocinadores e dois eleitos pelos participantes e assistidos, cabendo ao Patrocinador Instituidor a nomeação do presidente e seu suplente.

CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização da FAECES. É composto por quatro membros efetivos e quatro membros suplentes, sendo dois indicados pelos patrocinadores e dois eleitos pelos participantes e assistidos, cabendo aos membros efetivos, a nomeação do presidente.



PROGRAMA PREVIDENCIAL

PLANO DE BENEFÍCIOS I

Com a implantação de um novo plano de benefício em 2005, o Plano de Benefício Definido está fechado a novas adesões. Portanto, a tendência desse plano é a redução gradativa do número de participantes, considerando que muitos deles já se encontram elegíveis à aposentadoria.

Em 2012, o quantitativo foi de 1403, enquanto que em

2013 esse número caiu para 1393, entre participantes, autopatrocinados, assistidos e pensionistas.

O Plano de Benefício Definido obteve, no final do exercício de 2013, R\$ 14.517.634, garantindo fluxo financeiro para pagamento dos benefícios sob responsabilidade da FAECES, sem a necessidade de lançar mão das reservas aplicadas no mercado financeiro.

RECEITAS PREVIDENCIAIS (R\$)						
ANO	Contribuições Normais		Contribuição Amortizante Patrocinador	Auto Patrocinados	Outros	Total
	Patrocinador	Participantes				
2012	2.891.392	3.039.974	8.454.002	375.551	17.749	14.778.668
2013	2.890.412	3.253.985	7.805.306	540.113	27.818	14.517.634

DESPESAS PREVIDENCIAIS (R\$)					
ANO	Aposentadoria	Pensão	Pecúlio	Restituição	Total
2012	12.056.676	898.802	75.909	0	13.031.387
2013	13.389.203	1.127.940	66.459	121.147	14.704.749

PLANO DE BENEFÍCIOS II

O Plano de Benefícios II, criado em novembro de 2005 e aberto a adesões de novos empregados, tanto da CESAN quanto da FAECES, a partir de fevereiro de 2006, obteve

um crescimento em 2013 em torno de 20% no número de adesões, considerando que o quantitativo de participantes saltou de 425 em 2012 para 511 em 2013, perfazendo um total de 86 novas adesões.

RECEITAS PREVIDENCIAIS (R\$)					
ANO	Contribuições Normais		Auto Patrocinados	Outros	Total
	Patrocinador	Participantes			
2012	783.720	787.962	25.164	16.245	1.613.091
2013	1.024.964	1.035.710	27.834	4	2.088.512

DESPESAS PREVIDENCIAIS (R\$)			
ANO	Restituição	Portabilidade	Total
2012	32.679	162.000	194.679
2013	45.912	43.981	89.893

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

O Plano de Gestão Administrativa é responsável pela administração dos demais planos da FAECES. Assim, no quadro a seguir estão registrados os valores realizados pela Entidade na administração dos planos assistencial, de benefício defi-

nido e de contribuição definida. Importante esclarecer que o total geral das despesas para administração da Fundação e seus planos ficaram em 8,04% do somatório das receitas e despesas previdenciais, abaixo do estabelecido pela legislação, que é de 9%.

DESPESAS COM SERVIÇOS DE TERCEIROS		
DESCRIÇÃO	2013 (R\$)	%
Consultoria atuarial	77.129	14,73%
Consultoria contábil (perícia)	2.124	0,41%
Consultoria dos investimentos	48.410	9,24%
Sistema integrado de informática e datacenter	271.204	51,79%
Consultoria de controle de risco operacional	12.349	2,36%
Auditoria contábil anual	25.192	4,81%
Conservação e limpeza	23.336	4,46%
Publicidade (site, informativos e relatório anual)	48.643	9,29%
Seguro D & O	15.273	2,92%
TOTAL	523.660	100,00%

DESPESAS DE PESSOAL		
DESCRIÇÃO	2013 (R\$)	%
Dirigentes	544.299	33,09%
Pessoal próprio	465.188	28,28%
Encargos	363.874	22,12%
Outros	271.584	16,51%
TOTAL	1.644.945	100,00%

DESPESAS ADMINISTRATIVAS DIRETAS DE INVESTIMENTOS		
DESCRIÇÃO	2013 (R\$)	%
Custódia e centralização dos investimentos	64.217	7,95%
Taxas, tarifas, corretagens e emolumentos	16.375	2,03%
Honorários advocatícios (recuperação de investimentos)	115.013	14,24%
Despesas administrativas	612.055	75,78%
TOTAL	807.660	100,00%

PLANO ASSISTENCIAL

As atividades do Programa Assistencial são vinculadas ao Plano de Assistência à Saúde da FAECES - PLASS, que tem por objetivo primordial prestar serviços de saúde com a qualidade esperada pelos seus usuários.

Apesar da complexidade em se administrar um plano de saúde para pessoas com idade superior a 50 anos, do reduzido número de usuários (441 vidas), dos procedimentos de alto custo devido às novas tecnologias, bem como inclusão de novos procedimentos determinados pela Agência Nacional de Saúde - ANS, o PLASS vem mantendo, com muito esforço, seu equilíbrio financeiro e encerrou o exercício de 2013 com um superávit acumulado de R\$ 609.649,24.

Vale ressaltar que a manutenção do plano de saúde é de responsabilidade dos próprios usuários e a FAECES necessita constantemente da parceria da CESAN e dos associados no intuito de evitar despesas (excesso de procedimentos), às vezes desnecessários.

Os processos judiciais também contribuem para aumento

dos custos do plano de saúde. É como se fosse um “gol contra” no bolso do usuário, considerando que é dele a responsabilidade de continuidade do plano.



PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

As aplicações financeiras das reservas técnicas dos planos de benefícios previdenciais administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar, onde a FAECES encontra-se inserida, são disciplinadas pela Resolução 3792, de 24 de setembro 2009, e pela Política de Investimentos de cada plano, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

Com o objetivo de assegurar o equilíbrio entre o ativo e o passivo dos planos, os recursos financeiros disponíveis para investimentos são aplicados em produtos financeiros que possam proporcionar a liquidez desejada com o grau de segurança exigido.

Para mitigação dos riscos e otimização dos resultados dos investimentos, os gestores da FAECES procuram efetuar uma diversificação que dê maior segurança aos investimentos dos recursos dos planos de benefícios administrados pela Entidade.

CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

De acordo com as tabelas a seguir, cuja demonstração faz

CARTEIRA DE INVESTIMENTOS - PLANO I		
SEGMENTO	2012	2013
Renda Fixa	155.420.744	115.309.167
Imobiliário	0	356.602
Renda Variável	39.309.263	70.128.262
Estruturados	21.758.943	23.534.233
Operações com participantes	3.767.059	3.844.718
Total	220.256.009	213.172.982

CARTEIRA DE INVESTIMENTOS - PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA		
SEGMENTO	2012	2013
Renda Fixa	645.778	956.607
Total	645.778	956.607

comparativo entre os diversos segmentos de aplicação, pode-se notar que, em termos nominais, o Plano de Benefício Definido obteve ao longo do ano um resultado total inferior ao ano de 2012. Isso se deve a dois fatores: primeiro, esse plano efetua pagamento de benefícios a 840 assistidos; segundo, em função do resultado negativo dos investimentos dos recursos do referido plano no mercado financeiro.

Vale destacar que, de maneira geral, o segmento de fundos de pensão do Brasil foi atingido pela crise internacional que persistiu no ano de 2013 e o mercado brasileiro também sofreu com uma inflação que não deu trégua. O Comitê de Política Monetária elevou os juros nas últimas reuniões realizadas em 2013/2014, aumentando a taxa para 11% no início de 2014, e a bolsa de valores perdeu 15,5% em 2013. Ou seja, administrar recursos com alta volatilidade no mercado financeiro é um desafio de todos os gestores de fundos de pensão, independente do tamanho e da estrutura de governança.

Veja a composição das carteiras dos planos administrados pela FAECES no encerramento dos exercícios de 2012 e 2013.

CARTEIRA DE INVESTIMENTOS - PLANO II		
SEGMENTO	2012	2013
Renda Fixa	5.120.289	5.453.299
Renda Variável	999.587	1.841.014
Estruturados	552.049	680.880
Operações com participantes	129.054	155.089
Total	6.800.979	8.130.282

CARTEIRA DE INVESTIMENTOS - PLANO ASSISTENCIAL		
SEGMENTO	2012	2013
Renda Fixa	634.061	1.144.748
Total	634.061	1.144.748

RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS/BENCHMARKS - PLANO BD 2013				
SEGMENTO	RENTABILIDADE FAECES (%)	BENCHMARKS (%)		DIFERENÇA EM PONTOS PERCENTUAIS
RENDA FIXA	9,12	INPC+6% a.a.	11,65	2,53
RENDA FIXA - REFERENCIADO	-6,69	INPC+6% a.a.	11,65	18,34
ESTRUTURADOS (Multimercado)	2,23	IFM	7,51	5,28
RENDA VARIÁVEL	-0,74	IBOVESPA	-15,50	14,76
EMP. PARTICIPANTES	14,43	INPC + 6% a.a.	11,65	2,78

RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS/BENCHMARKS - PLANO II

SEGMENTO	RENTABILIDADE FAECES (%)	BENCHMARKS (%)		DIFERENÇA EM PONTOS PERCENTUAIS
RENDA FIXA	6,31	INPC+6% a.a.	11,65	5,34
RENDA FIXA - REFERENCIADO	-8,94	INPC+6% a.a.	11,65	20,59
ESTRUTURADOS (Multimercado)	5,60	IFM	7,51	1,91
RENDA VARIÁVEL	-10,25	IBOVESPA	-15,50	5,25
EMP. PARTICIPANTES	14,77	INPC + 6% a.a.	11,65	3,12

Conforme se observa no quadro acima, a rentabilidade dos investimentos dos planos administrados pela FAECES no exercício de 2013, quando comparado aos seus benchmarks (padrão de referência), não obtiveram o mesmo sucesso do ano anterior. Conforme dito na Mensagem da Diretoria, isto ocorreu em função da crise no mercado externo

e as incertezas do mercado interno. A expectativa dos gestores da Fundação é de melhora dos resultados em 2014 em função da mudança de estratégia dos investimentos das carteiras dos planos, principalmente em função da aquisição de títulos públicos que têm rentabilidade superior à meta atuarial garantida.



POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Aprovada pelo Conselho Deliberativo no final do exercício de 2012, a Política de Investimentos dos planos administrados pela FAECES para o exercício de 2013 – com horizonte até 2016 – veio cumprir o que determina a legislação pertinente, além de balizar a gestão dos ativos dos planos e servir como importante ferramenta no planejamento da aplicação dos recursos de cada plano. Ela contém, no mínimo, os seguintes itens:

- alocação de recursos e os limites por segmento;
- limites por modalidade, se esses forem mais restritivos que os estabelecidos pela resolução;
- utilização de instrumentos derivativos;
- taxa mínima atuarial;

- meta de rentabilidade de cada segmento;
- metodologia para apuração dos ativos;
- metodologia e os critérios para avaliação dos riscos;
- observância ou não de princípios de responsabilidade socioambiental.

A íntegra da Política de Investimentos da FAECES poderá ser solicitada através do e-mail faleconosco@faeces.com.br ou encontrada na página restrita do site www.faeces.com.br.

O quadro a seguir demonstra o limite de alocação legal, bem como os limites constantes na política de investimentos quando da elaboração da mesma, considerando o cenário econômico e as perspectivas de mercado vigente.

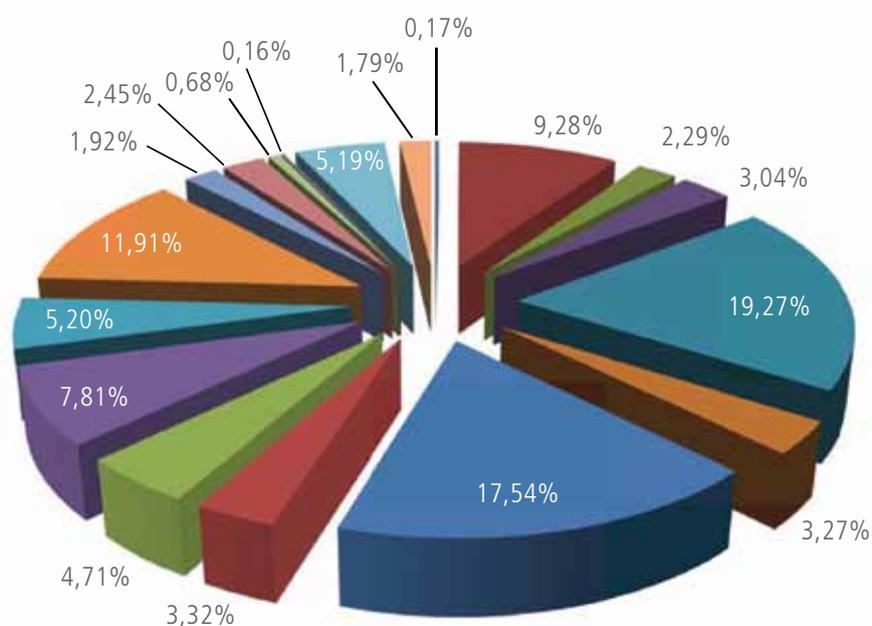
SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	53,50%	40,00%	100,00%
Renda Variável	70%	25,00%	0,00%	40,00%
Investimentos Estruturados	20%	18,00%	0,00%	20,00%
Investimentos no Exterior	10%	0,00%	0,00%	5,00%
Imóveis	8%	1,50%	0,00%	3,00%
Operações com Participantes	15%	2,00%	0,00%	5,00%



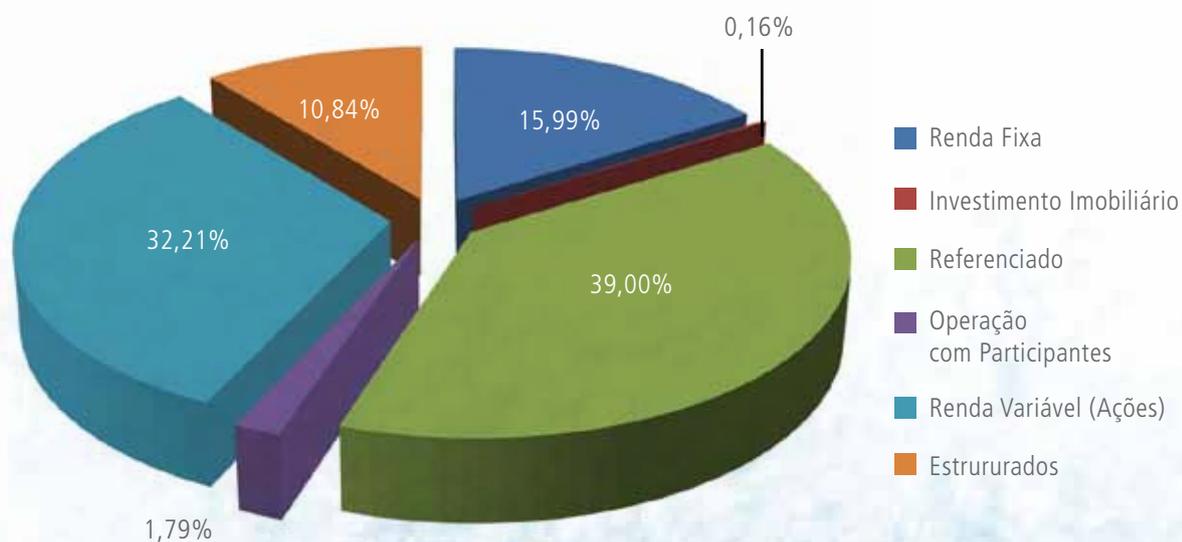
DIVERSIFICAÇÃO DOS INVESTIMENTOS CONSOLIDADOS POR INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

Conforme consta nos guias de melhores práticas de investimentos elaborado pela PREVIC, órgão responsável pela fiscalização e supervisão das atividades dos fundos de pensão, a diversificação é uma prática comprovadamente mitigadora de riscos. Dessa forma, a FAECES faz desse princípio uma prática usual na gestão dos recursos dos planos por ela administrados, sem deixar de observar variáveis também importantes como segurança, liquidez e rentabilidade.

Conforme gráficos da página ao lado, a maior concentração está abaixo de 20% em um mesmo gestor de recursos. Entretanto, a distribuição dos recursos se dá entre 18 instituições financeiras, o que demonstra uma clara diversificação da carteira por segmento de aplicação financeira, que também favorece o quesito redução de riscos.

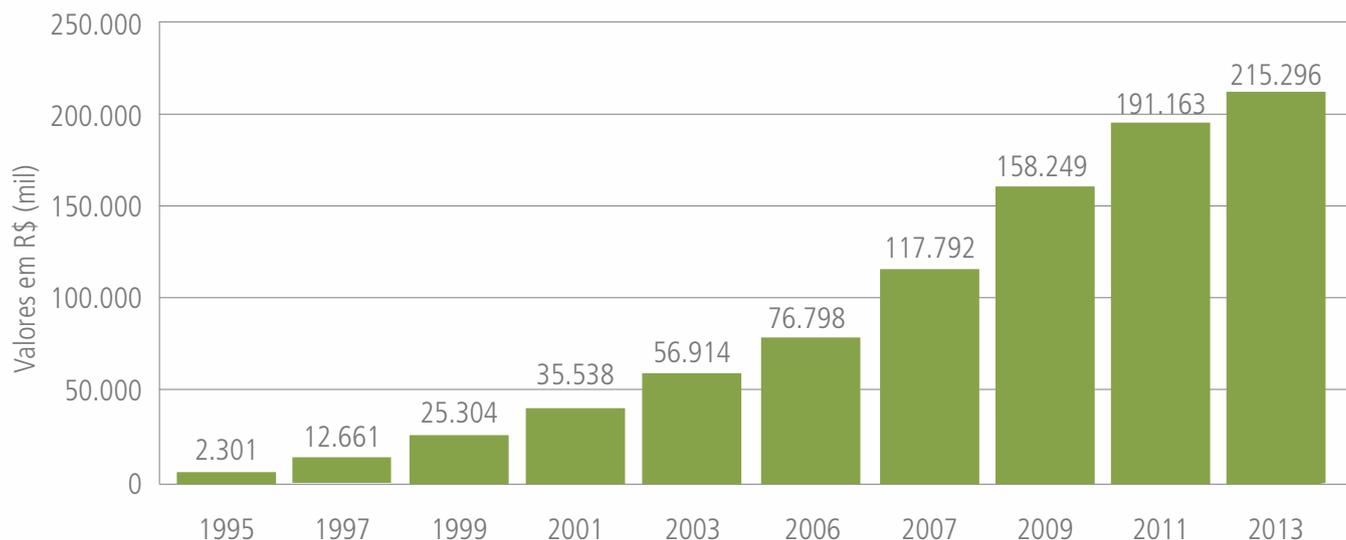


- SAFRA
- GAVEA INVEST.
- BANESTES
- BNY MELLON
- PACTUAL
- LACAN INVESTIM.
- SULAMERICA
- ITAJUBÁ
- ITAÚ
- QUEST
- JP MORGAN
- PLURAL CAPITAL
- XP GESTÃO REC.
- ICATU
- IDEAL INVEST
- INVEST. IMOBILIÁRIO
- VOTORANTIM
- PARTICIPANTE



PLANO DE BENEFÍCIO I

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 2013



Apesar do resultado negativo dos investimentos em 2013, o momento é pontual e o Plano continua completamente saudável e líquido, não implicando nas perspectivas futuras de pagamento de benefícios.

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL

(Valores em R\$ mil)

ATIVO	EXERCÍCIO 2013	PASSIVO	EXERCÍCIO 2013
DISPONÍVEL	35	EXIGÍVEL OPERACIONAL	444
REALIZÁVEL GESTÃO PREVIDENCIAL	1.507	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	28
REALIZÁVEL GESTÃO ADMINISTRATIVA	1.116	PATRIMÔNIO SOCIAL	215.295
INVESTIMENTOS	213.109	- PROVISÕES MATEMÁTICAS	235.693
- REFERENCIADO	83.610	- BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	187.578
- RENDA FIXA	26.855	- BENEFÍCIOS A CONCEDER	71.802
- MULTIMERCADO	70.128	- PROVISÕES A CONSTITUIR	(23.687)
- AÇÕES	25.840	SUPERÁVIT/DÉFICIT ACUMULADO	(21.514)
- PARTICIPAÇÕES	2.538	FUNDOS	1.116
- IMÓVEIS	357		
- EMPRÉSTIMOS	3.781		
TOTAL DO ATIVO	215.767	TOTAL DO PASSIVO	215.767

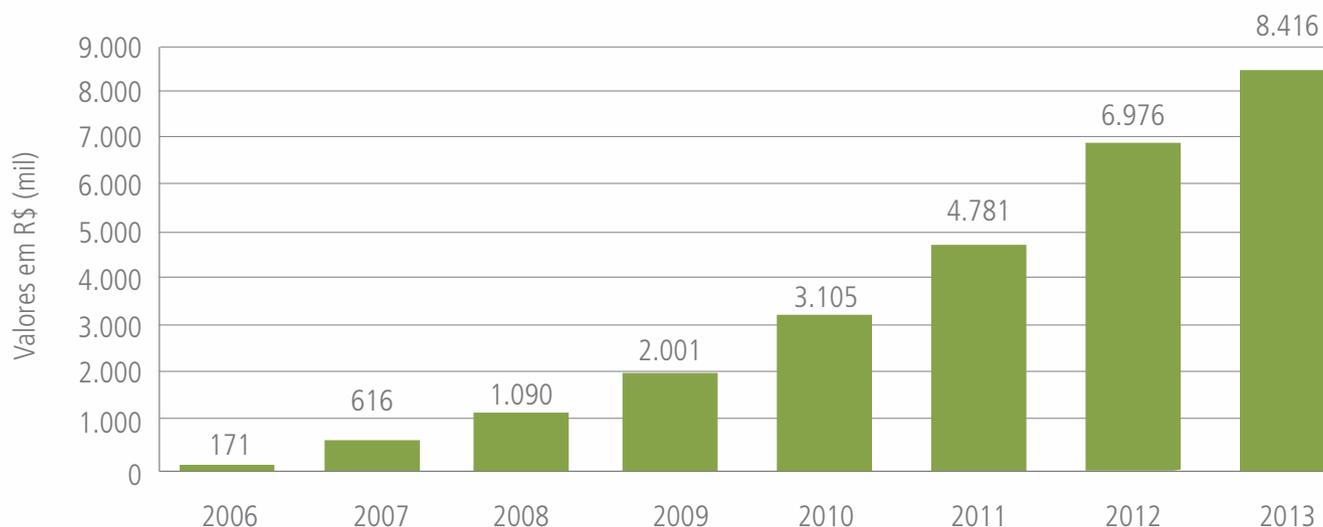
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

(Valores em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2013
+ CONTRIBUIÇÕES	14.518
(-) BENEFÍCIOS	(14.705)
(+) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	(5.611)
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	(5.798)
(-) DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	(1.682)
(-) CONSTITUIÇÃO DE CONTINGÊNCIAS	(28)
(-) FORMAÇÃO DOS COMPROMISSOS C/ PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	(14.006)
(=) DÉFICIT DO EXERCÍCIO	(21.514)

PLANO DE BENEFÍCIO II

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 2013



Mesmo com as rentabilidades do mercado financeiro não contribuindo para realização das metas atuariais, o Plano de Benefício II, por ser um plano jovem ainda sem perspectiva de pagamento de benefícios, tem uma tendência crescente de patrimônio, como observado no gráfico acima. Além disso, pode ser destacado o fato que esse é um plano ainda aberto para novas adesões.

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL

(Valores em R\$ mil)

ATIVO	EXERCÍCIO 2013	PASSIVO	EXERCÍCIO 2013
DISPONÍVEL	20	EXIGÍVEL OPERACIONAL	67
REALIZÁVEL GESTÃO PREVIDENCIAL	211	PATRIMÔNIO SOCIAL	8.416
REALIZÁVEL GESTÃO ADMINISTRATIVA	122	- BENEFÍCIO A CONCEDER	7.975
INVESTIMENTOS	8.130	- FUNDO PREVIDENCIAL	319
- REFERENCIADOS	3.521	- FUNDO ADMINISTRATIVO	122
- RENDA FIXA	1.284		
- AÇÕES	1.841		
- MULTIMERCADO	1.329		
- EMPRÉSTIMOS	155		
TOTAL DO ATIVO	8.483	TOTAL DO PASSIVO	8.483

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

(Valores em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2013
(+) CONTRIBUIÇÕES	2.089
(-) RESGATE	(46)
(-) PORTABILIDADE	(44)
(+) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	(416)
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	1.583
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(182)
(-) FORMAÇÃO DE COMPROMISSOS C/ PARTICIPANTES	(1.081)
(-) CONSTITUIÇÃO DE FUNDO	(319)

PLANO ASSISTENCIAL – PLASS

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL

(Valores em R\$ mil)

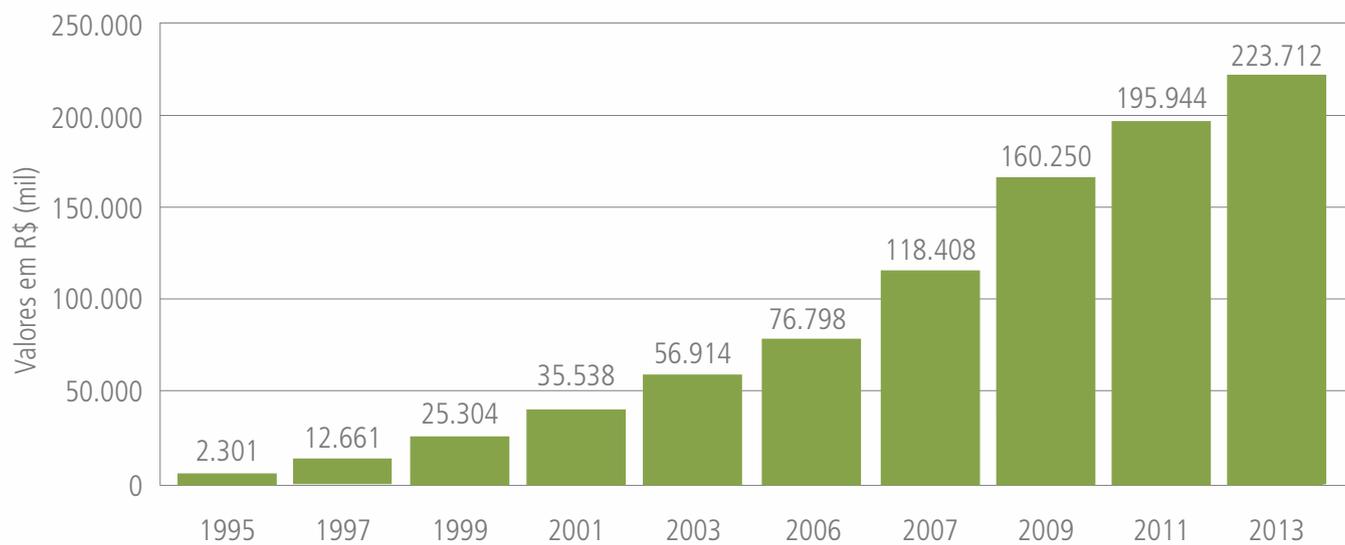
ATIVO	EXERCICIO	PASSIVO	EXERCICIO
IMEDIATO	240	DESPESAS MÉDICAS A PAGAR	742
RECURSOS A RECEBER	59	DESPESAS ADMINISTRATIVAS A PAGAR	58
INVESTIMENTOS	1.145	OUTRAS EXIGIBILIDADES	36
- RENDA FIXA	1.145	FUNDO ASSISTENCIAL	609
DEPOSITO JUDICIAL	1		
TOTAL DO ATIVO	1.445	TOTAL DO PASSIVO	1.445

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

(Valores em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2013
(+) CONTRIBUIÇÕES	2.848
(-) BENEFÍCIOS	(2.682)
(+) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	65
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	231
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(181)
(-) CONSTITUIÇÃO DO FUNDO ASSISTENCIAL	(50)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO 1995/2013



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis representam a prestação de contas da FAECES a seus participantes ativos e assistidos, assim como para seu Patrocinador, a CESAN. Elas são compostas por meio da consolidação do registro de todos os

documentos que fizeram parte do sistema contábil da Fundação em determinado ano. - no caso, o de 2013. São elas que expressam a situação patrimonial da FAECES e dos planos de benefícios por ela administrados. Confira-as, a seguir.



BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores em R\$ mil)

ATIVO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	PASSIVO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
DISPONÍVEL	105	167	EXIGÍVEL OPERACIONAL	614	584
			Gestão Previdencial	511	508
REALIZÁVEL	224.223	229.718	Gestão Administrativa	103	76
Gestão Previdencial	1.718	1.856			
Gestão Administrativa	309	150	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	97	-
Investimentos	222.196	227.712	Gestão Previdencial	28	-
- Fundos de Investimento	217.903	223.806	Gestão Administrativa	69	-
- Investimentos Imobiliários	357	-			
- Empréstimos	3.936	3.906	PATRIMÔNIO SOCIAL	223.712	229.653
			Patrimônio de Cobertura do Plano	222.154	228.581
PERMANENTE	95	352	Provisões Matemáticas	243.668	228.581
Imobilizado	95	352	Benefícios Concedidos	187.578	171.077
Intangível	-	-	Benefícios a Conceder	79.777	86.334
			(-) Provisões Mat. a Constituir	(23.687)	(28.830)
			Equilíbrio Técnico	(21.514)	-
			Resultados realizados	(21.514)	-
			(-) Déficit Técnico Acumulado	(21.514)	-
			Fundos	1.558	1.072
			Fundos Previdenciais	319	-
			Fundos Administrativos	1.239	1.072
GESTÃO ASSISTENCIAL	1.446	1.429	GESTÃO ASSISTENCIAL	1.446	1.429
TOTAL DO ATIVO	225.869	231.666	TOTAL DO PASSIVO	225.869	231.666

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL – DMPS (Consolidado)

(Valores em R\$ mil)

DESCRİÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	Variação (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	229.653	196.625	16,80
1. Adições	20.474	51.773	(60,45)
(+) Contribuições Previdenciais	14.742	14.147	4,21
(+) Resultado Positivo Investimentos - Gestão Previdencial	-	32.288	(100,00)
(+) Receitas Administrativas	2.942	2.332	26,16
(+) Resultado Positivo Investimentos - Gestão Administrativa	58	80	(27,50)
(+) Receitas Assistenciais	2.732	2.926	(6,63)
2. Destinações	(26.416)	(18.745)	40,92
(-) Benefícios	(14.795)	(13.226)	11,86
(-) Resultado Neg. dos Investimentos - Gestão Previdencial	(6.027)	(427)	1.311,48
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(28)	-	-
(-) Despesas Administrativas	(2.765)	(2.130)	29,81
(-) Constituição de Contingências - Gestão Administrativa	(69)	-	-
(-) Despesas Assistenciais	(2.732)	(2.962)	(7,77)
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	(5.942)	33.028	(117,99)
(+/-) Provisões Matemáticas	15.087	28.601	(152,75)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(21.514)	4.180	414,69
(+/-) Fundos Previdenciais	319	-	-
(+/-) Fundos Administrativos	167	247	(167,61)
4. Operações Transitórias	-	-	-
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3+4)	223.711	229.653	(2,59)

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – DPGA (CONSOLIDADO)

(Valores em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	Variação (%)
A) FUNDO ADMINISTRATIVO EXERCÍCIO ANTERIOR	1.072	825	29,94
1. CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	3.000	5.303	(43,43)
1.1. RECEITAS	3.000	5.303	(43,43)
CUSTEIO ADMINISTRATIVO DA GESTÃO PREVIDENCIAL	2.105	2.176	(3,26)
CUSTEIO ADMINISTRATIVO DOS INVESTIMENTOS	656	121	442,15
RESULTADO POSITIVO DOS INVESTIMENTOS	58	80	(27,50)
REEMBOLSO DA GESTÃO ASSISTENCIAL	181	2.926	(93,81)
2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	2.833	5.056	(43,97)
2.1. ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIAL	1.796	1.610	11,55
PESSOAL E ENCARGOS	1.149	970	18,45
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	27	35	(22,86)
VIAGENS E ESTADIAS	28	18	55,56
SERVIÇOS DE TERCEIROS	417	440	(5,23)
DESPESAS GERAIS	93	101	(7,92)
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	22	30	(26,67)
CONTINGÊNCIAS	49	-	-
OUTRAS DESPESAS	11	16	(31,25)
2.2. ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	615	491	25,25
PESSOAL E ENCARGOS	381	229	66,38
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	9	8	12,50
VIAGENS E ESTADIAS	10	4	150,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS	164	215	(23,72)
DESPESAS GERAIS	27	26	3,85
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	7	5	40,00
CONTINGÊNCIAS	14	-	-
OUTRAS DESPESAS	3	4	(25,00)
2.3. ADMINISTRAÇÃO ASSISTENCIAL	181	2.926	(93,81)
2.4. REVERSÃO DE RECURSOS PARA O PLANO DE BENEFÍCIOS	241	-	-
2.5. OUTRAS DESPESAS	-	29	(100,00)
3. RESULTADO NEGATIVO DOS INVESTIMENTOS	-	-	-
4. SOBRA/INSUFICIÊNCIA DA GESTÃO ADMINISTRATIVA (1-2-3)	167	247	(32,39)
5. CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO (4)	167	247	(32,39)
6. OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS	-	-	-
B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A+5+6)	1.239	1.072	(15,58)

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - DMAL (PLANO I)

(Valores em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	Variação (%)
A) ATIVO LÍQUIDO	221.688	191.072	16,02
1. ADIÇÕES	14.518	46.143	(68,54)
(+) CONTRIBUIÇÕES	14.518	14.779	(1,77)
(+) RESULTADO POSITIVO INVESTIMENTOS – GESTÃO PREVIDENCIAL	-	31.364	(100,00)
2. DESTINAÇÕES	(22.026)	(15.527)	41,86
(-) BENEFÍCIOS	(14.705)	(13.031)	12,85
(-) RESULTADO NEGATIVO INVESTIMENTOS – GESTÃO PREVIDENCIAL	(5.611)	(398)	1.309,80
(-) CONSTITUIÇÃO DE CONTINGÊNCIAS - GESTÃO PREVIDENCIAL	(28)	-	
CUSTEIO ADMINISTRATIVO	(1.682)	(2.098)	(19,83)
3. ACRÉSCIMO/DECRÉCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1+2)	(7.508)	30.616	(124,52)
(+/-) PROVISÕES MATEMÁTICAS	14.005	26.436	(47,12)
(+/-) FUNDOS PREVIDENCIAIS	(21.514)	4.180	(614,69)
4. OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS	-	-	-
B. ATIVO LÍQUIDO – FINAL DO EXERCÍCIO (A+3+4)	214.180	221.688	(3,39)
(+/-) C. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	1.116	989	12,84
FUNDOS ADMINISTRATIVOS	1.116	989	12,84

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – DAL (PLANO I)

(Valores em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	Varição (%)
1. ATIVOS	215.768	223.087	(3,28)
DISPONÍVEL	35	161	(78,26)
RECEBÍVEL	2.623	2.699	(1,72)
INVESTIMENTO	213.110	220.257	(3,24)
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	208.972	216.489	(3,47)
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	357	-	-
EMPRESTIMOS	3.781	3.768	0,35
2. OBRIGAÇÕES	472	410	14,84
OPERACIONAL	444	410	8,03
CONTINGENCIAL	28	-	-
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	1.116	989	12,84
FUNDOS ADMINISTRATIVOS	1.116	989	12,84
4. RESULTADOS A REALIZAR	-	-	-
ATIVO LÍQUIDO (1-2-3-4)	214.180	221.688	(3,39)
PROVISÕES MATEMÁTICAS	235.693	221.688	6,32
SUPERÁVIT / DÉFICIT TÉCNICO	(21.514)	-	-

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS – DPT (PLANO I)

(Valores em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	214.651	222.099	(3,35)
1. Provisões Matemáticas	235.693	221.688	6,32
1.1 Benefícios Concedidos	187.578	171.077	9,65
Benefício Definido	187.578	171.077	9,65
1.2 Benefícios a Conceder	71.802	79.440	(9,61)
Benefício Definido	71.802	79.440	(9,61)
1.3 Provisões Matemáticas a constituir	(23.687)	(28.829)	(17,84)
(-) Serviço Passado	(20.558)	(25.697)	(20,00)
Patrocinadores	(20.558)	(25.697)	(20,00)
(-) Déficit Equacionado	(3.129)	(4.516)	(30,71)
(-) Patrocinadores	(1.321)	(1.928)	(31,48)
(-) Participantes	(1.338)	(1.904)	(29,73)
(-) Assistidos	(470)	(684)	(31,29)
(-) Por Ajuste das Contribuições Extraordinárias	1.445	1.384	(100,00)
(-) Patrocinadores	623	591	(100,00)
(-) Participantes	630	583	(100,00)
(-) Assistidos	192	210	(100,00)
2. Equilíbrio Técnico	(21.514)	-	(100,00)
2.1 Resultados Realizados	(21.514)	-	(100,00)
Déficit Técnico Acumulado	(21.514)	-	(100,00)
3. Fundos	-	-	-
4. Exigível Operacional	444	411	8,03
4.1 Gestão Previdencial	444	411	8,03
5. Exigível Contingencial	28	-	-
5.1 Gestão Previdencial	28	-	-

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - DMAL (PLANO II)

(Valores em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	Variação (%)
A) ATIVO LÍQUIDO	6.893	4.728	45,81
1. ADIÇÕES	2.089	2.537	(17,66)
(+) CONTRIBUIÇÕES	2.089	1.613	29,51
(+) RESULTADO POSITIVO INVESTIMENTOS – GESTÃO PREVIDENCIAL	-	924	(100,00)
2. DESTINAÇÕES	(688)	(372)	85,44
(-) BENEFÍCIOS	(90)	(195)	(53,85)
(-) RESULTADO NEGATIVO INVESTIMENTOS – GESTÃO PREVIDENCIAL	(416)	(29)	1.334,48
(-) CUSTEIO ADMINISTRATIVO	(182)	(148)	23,81
3. ACRÉSCIMO/DECRÉCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1+2)	1.401	2.165	(35,32)
(+/-) PROVISÕES MATEMÁTICAS	1.082	2.165	(50,05)
(+/-) FUNDOS PREVIDENCIAIS	319	-	
4. OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS	-	-	-
B. ATIVO LÍQUIDO – FINAL DO EXERCÍCIO (A+3+4)	8.295	6.893	20,32
C. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	122	83	46,99
(+/-) FUNDOS ADMINISTRATIVOS	122	83	46,99

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – DAL (PLANO II)

(Valores em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	Varição (%)
1. ATIVOS	8.483	7.073	19,93
DISPONÍVEL	20	6	233,33
RECEBÍVEL	333	258	29,07
INVESTIMENTO	8.130	6.809	19,40
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	7.975	6.672	19,53
EMPRESTIMOS	155	137	13,14
2. OBRIGAÇÕES	67	97	(30,93)
OPERACIONAL	67	97	(30,93)
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	122	83	46,99
FUNDOS ADMINISTRATIVOS	122	83	46,99
4. RESULTADOS A REALIZAR	-	-	-
ATIVO LÍQUIDO (1-2-3-4)	8.294	6.893	20,32
PROVISÕES MATEMÁTICAS	7.975	6.893	15,70
FUNDOS PREVIDENCIAIS	319	-	-

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS – DPT (PLANO II)

(Valores em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	7.344	6.893	6,54
1. Provisões Matemáticas	7.344	6.893	6,54
1.1 Benefícios Concedidos	-	-	-
1.2 Benefícios a Conceder	7.344	6.893	6,54
Contribuição Definida	7.344	6.893	6,54
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	3.489	3.248	7,42
Saldo de Contas - parcela participantes	3.855	3.645	5,76
1.3 Provisões Matemáticas a Constituir	-	-	-
2. Equilíbrio Técnico	-	-	-
3. Fundos	319	-	-
3.1 Fundos Previdenciais	319	-	-
4. Exigível Operacional	67	97	(30,93)
4.1 Gestão Previdencial	67	97	(30,93)
5. Exigível Contingencial	-	-	-

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. CARACTERÍSTICAS E OBJETIVOS

A **FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL DOS EMPREGADOS DA CESAN – FAECES**, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, constituída sob a forma de sociedade civil pela Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa / financeira, autorizada a funcionar pela Portaria do MPS no 1.732, de 28.12.1994, que tem como objetivo conceder benefícios previdenciários aos seus participantes, instituir e administrar planos privados de concessão de benefícios e promover o bem-estar social dos seus destinatários.

O patrimônio da FAECES é autônomo, livre e desvinculado de qualquer outro órgão ou Entidade.

Suas atividades foram iniciadas em abril/95, conforme escritura pública de constituição registrada em 25/04/95, no cartório de registro civil de pessoas físicas e jurídicas da comarca de Vitória-ES, registrada no livro A-12 no 11202.

Os recursos necessários ao atendimento dos objetivos dos planos de benefícios administrados pela Entidade são oriundos das contribuições do patrocinador, dos participantes, dos assistidos e dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos, obedecendo ao disposto na Resolução no 3.792, de 24 de setembro de 2009, e alterações posteriores.

Em novembro de 2005, a Secretaria de Previdência Complementar – SPC, aprovou a implantação do Plano II através da Portaria no 281, de 23/11/2005, cujos benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta mantido em favor do participante.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis de 2013 e 2012 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, além das diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Previdência Social – MPS e das normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, através da Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, pela PREVIC por meio da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, alterada pela Instrução PREVIC nº 5, de 8 de setembro de 2011, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a ITG 2001 (antiga sigla NBC TE 11), e as práticas contábeis brasileiras. Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos

e passivos, sejam circulantes e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa.

A moeda funcional utilizada pela FAECES é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis onde os valores são expressos em Reais Mil.

As Demonstrações Contábeis vigentes são:

- Balanço Patrimonial Consolidado;
- Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (Consolidado);
- Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (Consolidado);
- Demonstração do Ativo Líquido – DAL (por plano de benefício previdencial);
- Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL (por plano de benefício previdencial);
- Demonstração das Provisões Técnicas dos Planos de Benefícios – DPT (por plano de benefício previdencial).

A escrituração contábil é centralizada em sua sede e está revestida das formalidades legais, sendo escriturada em livros obrigatórios, capazes de assegurar sua exatidão.

As práticas contábeis e procedimentos adotados na elabora o das demonstrações contábeis estão resumidos como segue:

3. REALIZÁVEL

3.1. GESTÃO PREVIDENCIAL

Registra os direitos da Entidade, valores relativos às contribui es patronal, de participantes e assistidos.

3.2. GESTÃO ASSISTENCIAL

Registra as opera es com o Plano de Saúde da Entidade e encontra-se registrado na Agência Nacional de Saúde – ANS, sob o no 32.966-5, sendo suas despesas custeadas integralmente com recursos do PLASS.

3.3. GESTÃO ADMINISTRATIVA

Registra as opera es administrativas efetuadas pela Entidade, em conformidade com a Resolu o MPS/CNPC no 8, de 31 de outubro de 2011, através do Plano de Gestão Administrativa – PGA.

O patrimônio do Plano de Gestão Administrativa – PGA   cons-

tituído pelos repasses, a título de custeio administrativo, efetuados pela gestão previdencial e pelo fluxo dos Investimentos, bem como, pelas receitas oriundas de aplicação financeira das eventuais sobras de recursos, que após a dedução das despesas administrativas, promove a constituição do fundo administrativo no caso de sobra ou, faz a reversão no caso de insuficiência.

4. INVESTIMENTOS

Registra as aplicações dos recursos garantidores da reserva ma-

temática nas diversas modalidades permitidas pela Resolução CMN no 3.792, de 24/09/2009 e alterações posteriores.

4.1. FUNDOS DE INVESTIMENTO

Registra os investimentos realizados com aquisições de quotas de fundos de renda fixa, ações, multimercados, referenciados e participações, que são custodiadas no Itaú Unibanco S/A e possuem prazo de vencimento indeterminado. Estão avaliados de acordo com os cálculos dos respectivos gestores, que tomando por base as variações do mercado, determinam o valor das quotas.

(Valores em R\$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	217.903	223.806
REFERENCIADO	87.131	139.961
RENDA FIXA	29.096	21.225
AÇÕES	71.969	40.309
MULTIMERCADO	27.169	21.626
PARTICIPAÇÕES	2.538	685

4.2. INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

Registra os investimentos realizados com aquisições de imóveis para uso próprio conforme determina a IN SPC nº34, de 24/09/2009. Os imóveis registrados atualmente como Investimentos Imobiliários foram adquiridos a partir de 2006 e, na época foram registrados no ativo permanente. Em 2013, com a separação das contas correntes do Previdencial e do PGA, detectamos que os mesmos foram adquiridos com recursos do Previdencial e por isso foram

transferidos para o grupo de investimento.

Ainda em 2013, realizamos a reavaliação dos imóveis de acordo com a Resolução CNPC nº 8 de 31/10/2011, o laudo foi preparado pela empresa Consulting Engenharia S/S Ltda. ME e está de acordo com o estabelecido na alínea J, do anexo A, da IN SPC nº 34 de 24/09/2009. O efeito da reavaliação está demonstrado a seguir:

(Valores em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	DATA DA COMPRA	VALOR DE COMPRA	Beneficiárias Agregadas ao valor do Imóvel	VALOR CONTÁBIL	AVALIAÇÃO 2013	DIFERENÇA Avaliação x Contábil
SALA 1304	13/12/2006	R\$ 20	R\$ 9	R\$ 27	R\$ 37	R\$ 10
SALA 1305	17/09/2010	R\$ 45	R\$ 20	R\$ 60	R\$ 37	(R\$ 23)
SALA 1306	13/12/2006	R\$ 20	R\$ 9	R\$ 27	R\$ 51	R\$ 24
SALA 1307	01/08/2007	R\$ 20	R\$ 9	R\$ 27	R\$ 51	R\$ 24
SALA 1308	01/08/2007	R\$ 20	R\$ 9	R\$ 27	R\$ 51	R\$ 24
SALA 1309	01/08/2007	R\$ 20	R\$ 8	R\$ 26	R\$ 51	R\$ 25
SALA 1310	01/08/2007	R\$ 20	R\$ 8	R\$ 26	R\$ 51	R\$ 25
VAGA DE GARAGEM 09	13/12/2006	R\$ 7	R\$ 0	R\$ 7	R\$ 9	R\$ 2
VAGA DE GARAGEM 19	13/12/2006	R\$ 7	R\$ 0	R\$ 7	R\$ 9	R\$ 2
VAGA DE GARAGEM 35	13/12/2006	R\$ 4	R\$ 0	R\$ 4	R\$ 9	R\$ 5
TOTAL		R\$ 183	R\$ 72	R\$ 238	R\$ 356	R\$ 118

4.3 OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

Registra operações com participantes e assistidos relativas a empréstimos concedidos nos limites estabelecidos pela Resolução no 3.792, de 24/09/2009, com taxas de juros correspondentes ao INPC + 0,6% a.m. sobre o saldo devedor da operação. As operações estão registradas pelo valor principal acrescida dos rendimentos proporcionais auferidos até a data do balanço. Nas operações são acrescidos o IOF – Imposto sobre Operações Financeiras, calculado com base no valor do empréstimo, cobrado na liberação.

As prestações dos empréstimos são descontadas na folha de salários do patrocinador e na folha de benefícios dos assistidos, e para os participantes sem desconto em folha, ou seja, os afastados por auxílio doença, licença sem vencimentos e autopatrocinados, são gerados boletos bancários com o valor da prestação.

Foram constituídas provisões para perdas relativas a inadimplência das operações com participantes conforme os critérios estabelecidos pela IN SPC 34 de 24/09/2009, que estabelece os percentuais de 25% para atrasos entre 61 e 120 dias, 50% para atrasos entre 121 e 240 dias, 75% para atrasos entre 241 e 360 dias e 100% para atrasos acima de 360 dias. Considerando as parcelas vencidas, foram calculados os dias de atraso e aplicados os respectivos percentuais sobre o saldo devedor.

As operações com participantes podem ser assim representadas:

(Valores em R\$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	2013	2012
EMPRESTIMOS A PARTICIPANTES	3.994	3.906
(-) PROVISÃO P/CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	58	-
TOTAL DAS OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	3.936	3.906

5. ATIVO PERMANENTE

Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações e amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear com taxas determinadas em função do prazo de vida útil dos bens.

Os Bens Imóveis que até 2012 estavam classificados como ativo Permanente, foram transferidos para a conta de Investimentos Imobiliários.

As principais taxas de depreciações, amortizações utilizadas e movimentação do Ativo Permanente foram:

- Imóveis – 2% a.a.

- Móveis e Utensílios, Máq. e Equipamentos – 10% a.a.

- Computadores e Periféricos Hardware e Software – 20% a.a.

(Valores em R\$ mil)

MOVIMENTAÇÃO DO PERMANENTE	2013	2012
1 - Saldo do Imobilizado = (1.1 + 1.2)	95	351
1.1 - Bens Móveis	95	110
Custo Corrigido	365	290
Adições	16	75
Baixas	(6)	
Depreciações	(280)	(255)
1.2 - Bens Imóveis	-	241
Custo Corrigido	-	251
Adições	-	16
Depreciações	-	(26)
2 - Saldo do Intangível = (2.1)	-	1
2.1 – Software	-	1
Custo Corrigido	48	48
Amortização	(48)	(47)
TOTAL DO PERMANENTE = (1+2)	108	352

6. EXIGÍVEL OPERACIONAL

Nessa rubrica são registradas as obrigações decorrentes de direitos a benefícios pelos participantes, salários dos empregados da Entidade, prestações de serviços, obrigações fiscais e cheques emitidos e não compensados até o final do exercício.

7. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Representa provisões constituídas com base nas informações fornecidas pela Assessoria Jurídica, em um montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

A provisão relacionada com a Gestão Previdencial refere-se a um processo de recálculo de benefícios no valor de R\$ 27.120,00 e outro relativo à devolução de impostos retidos no valor de R\$ 1.000,00. Nos outros processos da Gestão Previdencial, a FAECES é parte junto ao patrocinador CESAN, e em caso de perda do litígio, não haverá desembolso da Fundação, mas do próprio patrocinador. Existe ainda um depósito judicial da ordem de R\$ 125.129,93, referente a processos na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, entretanto estes processos já foram julgados a favor da Fundação e os débitos foram baixados da Procuradoria, estando a FAECES aguardando a devolução do recurso para 2014.

A Gestão Administrativa registrou dois processos trabalhistas

sendo eles, um pedido de reconhecimento de vínculo empregatício e uma solicitação de verbas rescisórias.

As provisões estão assim representadas:

(Valores em R\$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	2013	2012
GESTÃO PREVIDENCIAL	28	-
PROVISÃO	28	-
GESTÃO ADMINISTRATIVA	69	-
COMUM	69	-
PROVISÃO	69	-
TOTAL DO EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	97	-

8. PROVISÕES MATEMÁTICAS

Constituídas com base em cálculos atuariais efetuados por profissional habilitado e demonstrado conforme diretrizes da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

As hipóteses adotadas na avaliação atuarial, definidas pelo Atuário, estão explicitadas no Demonstrativo Atuarial - DA.

8.1 PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR

Refere-se a riscos não expirados ao tempo de serviço da massa assegurada anterior à constituição do Plano de Benefício Definido, cuja recuperação está garantida através de pagamentos mensais e sucessivos conforme Contrato de Confissão de Dívida com Pacto Adjetivo de Caução, assinado em 28/08/2001 e Termo Aditivo 001, assinado em 17/01/2008.

Foram determinadas de acordo com a nota técnica atuarial e representam o valor atual total das Reservas Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, calculadas com base no Plano de Benefícios.

As Provisões Matemáticas são constituídas e consignadas contabilmente com base em cálculos atuariais elaborados pela Projeção Consultoria Atuarial Ltda., consultoria externa, conforme parecer atuarial datado de 14/02/2014.

8.2 BENEFÍCIOS CONCEDIDOS

Representam o valor atual dos compromissos futuros dos planos de benefícios para com os assistidos que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada, aposentadorias e pensões.

8.3 BENEFÍCIOS A CONCEDER

Representam a diferença entre o valor atual das obrigações futuras dos planos e o valor atual das contribuições futuras dos Participantes/Patrocinador, avaliados para participantes que não adquiriram o direito aos benefícios de prestação continuada.

(Valores em R\$ mil)

COMPOSIÇÃO DO PASSIVO EXIGÍVEL ATUARIAL		
DISCRIMINAÇÃO	2013	2012
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	187.578	171.077
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO	187.578	171.077
BENEFÍCIOS A CONCEDER	79.777	86.334
CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	7.975	6.893
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUT. EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO PROGRAMADO	61.681	69.386
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUT. EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO NÃO PROGRAMADO	10.121	10.055
(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	(23.687)	(28.830)
(-) SERVIÇOS PASSADOS	(20.558)	(25.697)
(-) DÉFICIT EQUACIONADO	(3.129)	(4.517)
(-) POR AJUSTE DAS CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS	-	1.384
TOTAL DO EXIGÍVEL ATUARIAL	243.668	228.581

9. CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Através da Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009, que dispõe sobre critérios e limites para custeio das despesas administrativas, o Conselho Deliberativo aprovou, em 26/11/2009, o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa – PGA da Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN - FAECES, que estabelece regras, normas e critérios para a gestão administrativa do plano de benefício previdencial.

O Conselho Deliberativo estabeleceu como limite das despesas administrativas, o percentual de 9% sobre o montante dos Recursos Coletados Previdenciais e Despesas de Benefícios, entrando em vigor a partir do mês de janeiro de 2010.

10. CRITÉRIOS DE RATEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

O rateio das despesas administrativas totais entre a gestão previdencial, gestão assistencial e o fluxo dos investimentos foi realizado conforme pré-determinado pela Entidade, devidamente aprovado em Reunião de Conselho Deliberativo, por meio do orçamento programa 2013/2012, e está composto da seguinte forma:

GESTÃO	2013 (%)	2012 (%)
Previdencial	77	77
Assistencial	5	5
Fluxo dos Investimentos	18	18

11. FUNDOS

11.1 FUNDO PREVIDENCIAL

Conforme estabelecido no Art. 32 do Regulamento do Plano de Benefícios II, tendo observado os critérios da legislação vigente, a FAECES constituiu o Fundo Previdencial utilizando os recursos relativos às contribuições do patrocinador, não resgatadas pelos participantes.

(Valores em R\$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	2013	2012
FUNDO PREVIDENCIAL	319	-
REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	319	-

11.2 FUNDO ADMINISTRATIVO

Registrado, conforme previsto no Regulamento do Plano de Gestão Administrativa e Resolução CGPC no 29, de 31 de agosto de 2009. As fontes de custeio obedecem as determinações do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa, Aprovada pelo Conselho Deliberativo da FAECES, apropriadas do resultado das receitas e despesas previdenciais constituído de acordo com os

critérios estabelecidos pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

(Valores em R\$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	Exercício 2013	Exercício 2012
FUNDO ADMINISTRATIVO	1.239	1.072

12. RESULTADO DO EXERCÍCIO

O cenário nacional, de fraco desempenho da bolsa de valores, a ameaça da inflação, a eminente redução dos estímulos do Banco Central Americano desvalorizando a moeda local, dentre outras variáveis, afetou negativamente os investimentos dos planos de benefícios administrados pela FAECES em 2013, resultando na formação de um déficit acumulado da ordem de R\$ 21.513 mil. De acordo com o que estabelece a Resolução CNPC nº 13, de 04/11/2013, caso o déficit permaneça por três anos consecutivos a entidade deverá equacioná-lo.

Constantemente a Diretoria Executiva realiza estudos em busca de novos ativos financeiros que possam alavancar a carteira de investimentos. Para 2014 esta programada a compra de títulos públicos, uma vez que estes papeis tornaram-se mais atrativos devido à alta da taxa Selic, influenciando na alta das taxas negociadas nesses títulos.

Em 31 de dezembro de 2013.

Luiz Carlos Cotta
Diretor Presidente
CPF: 450.306.347-20

Marcelo Vieira Lopes
Diretor Adm. Financeiro
CPF: 079.013.237-01

Martha Matias Miranda
Diretora Seguridade
CPF: 379.732.587-87

Célio Ramos Lopes
Contador CRC 8016/O-7 ES
CPF: 787.168.886-34

PARECER ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS BÁSICO DA FAECES RELATIVO AO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2013

DA SITUAÇÃO ATUARIAL

Os resultados obtidos na avaliação atuarial do Plano de Benefícios Básico da Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN - FAECES, realizada em 31/12/2013, conduzem-nos a concluir que o Patrimônio de Cobertura do Plano, dimensionado em R\$ 214.179.658,76, era insuficiente para honrar os compromissos assumidos com os seus participantes e assistidos, representados pelas Provisões Matemáticas que atingiram o valor de R\$ 235.693.489,44.

Desta forma, fica evidenciado que o supracitado Plano encontra-se atuarialmente desequilibrado naquela data, sendo registrado um Déficit Técnico no valor de R\$ 21.513.830,68, equivalente a 9,13% das referidas Provisões Matemáticas, causado principalmente pelo baixo rendimento obtido pelo Plano, comparativamen-

te à meta atuarial, e pela mudança na tábua de mortalidade geral.

DO EQUACIONAMENTO DE DÉFICIT REGISTRADO NOS EXERCÍCIOS DE 2011 E 2010

A insuficiência patrimonial de R\$ 21.513.830,68, registrada no presente exercício, poderá ser equacionada por meio de obtenção de rendimentos líquidos, auferidos pelas aplicações financeiras da FAECES, superiores às exigências atuariais.

No que tange ao equacionamento do déficit registrado em 31/12/2010, deve-se ressaltar que, pautando-se nos estudos atuariais no momento desenvolvidos, as contribuições extraordinárias para participantes, assistidos e patrocinadores a serem praticadas a partir de março de 2014, pelo prazo remanescente de quatro anos, são as seguintes:

ANO	Contribuições Extraordinárias		
	Participantes (% aplicado sobre o salário de participação)	Assistidos (% aplicado sobre o benefício)	Patrocinadores (% aplicado sobre a folha de salário de participação)
Março/2014	0,79%	0,66%	0,78%
Março/2015	1,10%	0,92%	1,08%
Março/2016	1,46%	1,21%	1,44%
Março/2017	1,80%	1,51%	1,79%

DOS CUSTOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Os custos do Plano de Benefícios Básico da FAECES, dimensiona-

dos através das hipóteses atuariais e dos métodos de financiamento adotados na avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2013, apresentaram os seguintes resultados:

Tipo de Benefício	Custo em % da folha total do salário de participação
Aposentadoria por Tempo de Contribuição e por Idade (a)	6,05%
Aposentadoria por Invalidez (b)	1,92%
Pensão (c)	2,55%
Pecúlio (d)	0,23%
Resgate (e)	0,41%
Taxa de Carregamento (f)	4,63%
Custo Normal (g) = (a) + (b) + (c) + (d) + (e) + (f)	15,79%
Custo Suplementar (h)	22,31%
Custo Total (i) = (g) + (h)	38,10%

DO PLANO DE CUSTEIO

Com base no resultado da avaliação atuarial realizada no encer-

ramento do exercício de 2013, concluímos que as taxas de contribuição necessárias a custear o Plano de Benefícios Básico da Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN – FAECES são

as determinadas a seguir:

1. Contribuição de Participantes:

1.1 Contribuição Normal de Participantes

- Manutenção das taxas aplicadas no exercício anterior.

1.2 Contribuição Extraordinária de Participantes

- 0,79% aplicado sobre o salário de participação.

2. Contribuição de Assistidos:

2.1 Contribuição Normal de Assistidos

- Manutenção das taxas aplicadas no exercício anterior.

2.2 Contribuição Extraordinária de Assistidos

- 0,66% aplicado sobre o benefício.

3. Contribuição de Patrocinadores:

3.1 Contribuição Normal e Contribuição de Serviço Passado de Patrocinador

31,57% (trinta e um vírgula cinquenta e sete por cento) da folha total do salário de participação, sendo 9,26% referentes ao Custo Normal e 22,31% ao Custo Amortizante (Serviço Passado), previsto a vigorar pelo prazo de quatro anos, contados a partir de 31/12/2013. A supracitada taxa de 22,31% foi estimada com base no valor esperado da amortização anual das Provisões Matemáticas a Constituir, admitindo-se o supracitado prazo de amortização e o Sistema de Amortização Constante como forma de amortização das referidas provisões, conforme previsto no Termo Aditivo 01 do Contrato de Confissão de Dívida celebrado entre a Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN - FAECES e a Companhia Espírito Santense de Saneamento, em 17/01/2008.

3.2 Contribuição Extraordinária de Patrocinador

- 0,78% aplicado sobre a folha total de salário de participação.

DO PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO

É importante registrar que o Patrimônio de Cobertura do Plano,

considerado no presente estudo, foi apurado com base nos registros contábeis referentes ao encerramento do exercício de 2013, conforme demonstrado a seguir:

Conta	Título	Valores em R\$
1	Ativo	215.767.734,94
2.1	Exigível Operacional	(443.654,80)
2.2	Exigível Contingencial	(28.120,00)
2.3.2	Fundos	(1.116.301,38)
Patrimônio de Cobertura do Plano		214.179.658,76

DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

As Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios Básico da FAECES registraram na data de 31/12/2013 os seguintes valores:

Conta	Título	Valores em R\$
2.3.1.0.00.00.00	Patrimônio de Cobertura do Plano	214.179.658,76
2.3.1.1.00.00.00	Provisões Matemáticas	235.693.489,44
2.3.1.1.01.00.00	Benefícios Concedidos	187.578.181,75
2.3.1.1.02.00.00	Benefícios a Conceder	71.802.121,00
2.3.1.1.03.00.00	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(23.686.813,31)
2.3.1.1.03.01.00	(-) Serviço Passado	(20.557.745,47)
2.3.1.1.03.01.01	(-) Patrocinadores	(20.557.745,47)
2.3.1.1.03.01.02	(-) Participantes	0,00
2.3.1.1.03.02.00	(-) Déficit Equacionado	(3.129.067,84)
2.3.1.1.03.02.00	(-) Patrocinadores	(1.321.446,49)
2.3.1.1.03.02.00	(-) Participantes	(1.337.693,79)
2.3.1.1.03.02.00	(-) Assistidos	(469.927,56)
2.3.1.2.00.00.00	Equilíbrio Técnico	(21.513.830,68)

DA RENTABILIDADE OBTIDA

Com base na evolução do Patrimônio de Cobertura do Plano e nos fluxos mensais de receitas e despesas do Plano de Benefícios Básico da FAECES, verificamos que a rentabilidade nominal líquida obtida, no decorrer do exercício de 2013, foi de -2,02%, admitindo-se como forma de avaliação o método da Taxa Interna de Retorno. O resultado atingido corresponde à variação do INPC durante o ano de 2013, aplicado com um mês de defasagem, acrescida de juros reais equivalentes a -7,20% ao ano, índice inferior à meta atuarial de 5,75% ao ano.

DAS HIPÓTESES ATUARIAIS

Em relação às hipóteses atuariais biométricas, ressaltamos que foram mantidas as hipóteses utilizadas no exercício anterior, exceto a tábua de mortalidade geral, que foi substituída pela AT-2000 suavizada em 10%.

Acerca da taxa real de juros, é oportuno registrar que o Plano de Benefício Básico foi avaliado admitindo-se a taxa de 5,75%.

DOS REGIMES FINANCEIROS

A respeito dos regimes de financiamentos utilizados, certificamos

que os benefícios de aposentadoria e pensão foram avaliados adotando-se o regime de capitalização e o pecúlio por morte pelo regime de repartição simples.

DAS INFORMAÇÕES CADASTRAIS

Quanto às informações cadastrais dos participantes e assistidos pelo Plano de Benefício Básico da FAECES, atestamos que foram consideradas confiáveis e apropriadas para servirem de base à elaboração da avaliação atuarial do Plano, após aplicação de teste de fidedignidade e realização de correções necessárias.

Vitória, 14 de fevereiro de 2014.

João Vicente Dias
Atuário MIBA nº 439

PARECER ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS II DA FAECES REFERENTE AO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2013

DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

Com base nos resultados encontrados na avaliação atuarial do Plano de Benefícios II da Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN – FAECES, realizada em 31/12/2013, certificamos que as Provisões Matemáticas do referido Plano atingiram o valor de R\$ 7.974.865,19, sendo distribuídas da seguinte forma:

	Valores em R\$
Benefício Programado – parcela Patrocinador	3.571.213,11
Benefício Programado – parcela Participante	3.979.403,50
Benefício Não Programado – parcela Patrocinador	212.124,29
Benefício Não Programado – parcela Participante	212.124,29
TOTAL	7.974.865,19

DO PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO

Quanto ao Patrimônio de Cobertura do Plano no valor de R\$ 7.974.865,19, é importante registrar que foi apurado de acordo com os registros contábeis referentes ao encerramento do exercício de 2013, conforme demonstrado a seguir:

Conta	Título	Valores em R\$
1	Ativo	8.483.068,11
2.1	Exigível Operacional	(66.792,52)
2.2	Exigível Contingencial	0,00
2.3.2	Fundos	(441.410,40)
Patrimônio de Cobertura do Plano		7.974.865,19

DA CONTRIBUIÇÃO DE PATROCINADORES

A contribuição estimada de Patrocinadores, relativa ao Plano de Benefícios II, com vigência a partir de março de 2014, corresponde a 6,51% do Total da Folha de Salários de Participação, sendo 5,73% destinado à cobertura dos benefícios programáveis, 0,23% para custear os benefícios de risco e 0,55% para fazer frente ao custo de carregamento.

DA CONTRIBUIÇÃO DE PARTICIPANTES

A contribuição estimada de participantes do Plano de Benefícios

II, com vigência a partir de março de 2014, corresponde a 6,56% do Salário de Participação, sendo 5,78% destinado à cobertura dos benefícios programáveis, 0,23% para custear os benefícios de risco e 0,55% para fazer frente ao custo de carregamento.

DA RENTABILIDADE OBTIDA

A rentabilidade nominal líquida obtida pelo Patrimônio de Cobertura do Plano de Benefícios II da FAECES, ao longo do exercício de 2013, foi de -5,57%, admitindo-se como parâmetros de avaliação os valores das cotas de dezembro de 2012 e 2013, respectivamente, 2,198177 e 2,075664. O resultado alcançado corresponde à variação do INPC durante o ano de 2013, aplicado com um mês de defasagem, acrescida de juros reais equivalentes a -10,56% ao ano, percentual abaixo da meta atuarial de 5,75% ao ano.

DAS HIPÓTESES ATUARIAIS

Em relação às hipóteses atuariais biométricas, ressaltamos que foram mantidas as hipóteses utilizadas no exercício anterior, exceto a tabela de mortalidade geral, que foi substituída pela AT-2000 suavizada em 10%.

Acerca da taxa real de juros, é oportuno registrar que o Plano de Benefício II foi avaliado admitindo-se a taxa de 5,75%.

DOS REGIMES FINANCEIROS

A respeito dos regimes de financiamentos utilizados, certificamos que os benefícios de aposentadoria e pensão foram avaliados adotando-se o regime de capitalização e o pecúlio por morte pelo regime de repartição simples.

DAS INFORMAÇÕES CADASTRAIS

Quanto às informações cadastrais dos participantes do Plano de Benefícios II da FAECES, atestamos que foram consideradas confiáveis e apropriadas para servirem de base à elaboração da avaliação atuarial do Plano, após aplicação de teste de fidedignidade e realização de correções necessárias.

Vitória, 14 de fevereiro de 2014.

João Vicente Dias
Atuário MIBA nº 439

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL DOS EMPREGADOS DA CESAN - FAECES

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

Examinamos as demonstrações contábeis da FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL DOS EMPREGADOS DA CESAN - FAECES ("Fundação"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Fundação, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8), em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas do plano de benefícios para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações

apresentados nas demonstrações contábeis da Entidade. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e contábeis consolidada da FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL DOS EMPREGADOS DA CESAN - FAECES e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2013 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Ênfase sobre a insuficiência atuarial de determinados planos de benefícios

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 12, sobre o déficit acumulado de R\$ 21.513 mil nos investimentos dos planos administrados pela FAECES no exercício de 2013. De acordo com o que estabelece a Resolução CNPC nº 13, de 04 de novembro de 2013, caso o déficit permaneça por três anos consecutivos a FAECES deverá equacioná-lo. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes do exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório em 14 de fevereiro de 2013, contendo (i) ressalva sobre divergência entre os saldos dos Fundos Administrativos apresentados no Balanço Patrimonial (consolidado) e o

saldo apresentado na Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidado), referente a custeio administrativo dos investimentos que foram contabilizados indevidamente como custeio administrativo previdencial. (ii) Ênfase sobre os critérios adotados para reconhecimento do exigível contingencial da Fundação.

Vitória-ES, 21 de março de 2014.

Wesley Cristian Marques
Contador CRC1ES009545/O-0
BAKER TILLY BRASIL-ES
Auditores Independentes
CRC2ES000289/O-0

Wladimir Firme Zanotti
Contador CRC1ES007326/O-5
BAKER TILLY BRASIL-ES
Auditores Independentes
CRC2ES000289/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da **Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN - FAECES**, após análise das peças que compõem as Demonstrações Contábeis referentes ao EXERCÍCIO de 2013 instruídos pelos pareceres atuarial e de auditoria externa, além da aprovação pela Diretoria Executiva, verificou a exatidão das referidas peças, DECIDINDO POR UNANIMIDADE, PELA SUA APROVAÇÃO.

Vitória-ES, 26 de março de 2014.

EDMAR JOSÉ ZORZAL
Presidente

MARIA LUIZA DA SILVA
Membro

LUCIANA MIRANDA SOARES GARCIA
Membro

LEANDRO REZENDE DE ABREU
Membro Suplente

PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

Os membros do Conselho Deliberativo da **Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN - FAECES**, no cumprimento das disposições legais e estatutárias, e tendo em vista as disposições da Resolução MPS/CNPC nº 8, de 16/12/2011, e suas alterações posteriores, examinou as Demonstrações Contábeis apresentadas pela Diretoria Executiva, referentes ao exercício findo em 31/12/2013.

Com base no exame desses documentos, complementados por informações e esclarecimentos prestados por membros da Diretoria Executiva e por técnicos da FAECES, e considerando ainda o Parecer do Atuário Externo, dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, opina favoravelmente à aprovação das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício de 2013.

Vitória-ES, 27 de março de 2014.

ANA CRISTINA MUNHÓS DE SOUZA
Presidente

MILLENA PLASTER BENEVIDES FREITAS
Membro

MARIA ELISABETH CAMATA BÔCKEL
Membro

ADIVALTI ANTÔNIO NUNES LOUREIRO
Membro

ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS

Diretoria Executiva

Diretor-Presidente: Luiz Carlos Cotta
Diretora de Seguridade: Martha Matias Miranda
Diretor Administrativo Financeiro: Marcelo Vieira Lopes

Conselho Deliberativo

Efetivos:

Ana Cristina Munhós de Souza - Presidente
Millena Plaster Benevides Freitas
Adivalti Antonio Nunes Loureiro
Maria Elizabeth Camatta Bôckel

Suplentes:

Hélio de Sousa
Atila Travaglia Pasini
Elza de Abreu Costa
André Luiz de Oliveira Lima

Conselho Fiscal

Efetivos:

Edmar José Zorzal - Presidente
Luciana Miranda Soares Garcia
Maria Luiza da Silva
André Barbosa Barreto Duarte

Suplentes:

Reginaldo José de Castro
Geovan Scheneider
Sebastião Fortes Coelho
Leandro Rezende Abreu

Produção: Plus Interativa

(21) 3549-7816
plus@plusinterativa.com

Jornalista Responsável

Carlos Lisboa Jr. - MTB 33650/RJ

Tiragem

1.870 exemplares

Gráfica

GSA Gráfica e Editora
www.graficagsa.com.br





Fundação Assistencial dos Empregados da Cesan – FAECES
Av. Princesa Isabel, 574 - Ed. Palas Center - BL.A - Salas 1304 a 1310
Centro - Vitória - ES - CEP 29010-930

www.faeces.com.br
faleconosco@faeces.com.br
(27) 2122-3900